

Penido justifica aumento com INCC¹⁸⁶

O aumento do valor da obra de despoluição do Lago Paranoá de 45 para 156 milhões de dólares foi justificada ontem, pelo presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Willian Penido, como consequência da variação de 600% do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), em depoimento à Comissão do Distrito Federal no Congresso Nacional. O argumento de Penido foi considerado pelo senador Maurício Corrêa (PDT) "brilhante, mas não convincente".

Em seu depoimento na Comissão do DF, que durou pouco mais de três horas, Penido fez inicialmente um relato dos aspectos técnicos que levaram a administração da Caesb a optar pelo tratamento terciário, ao invés da exportação dos esgotos para fora da bacia do Paranoá depois de um tratamento secundário — como é feito atualmente nas duas estações de tratamento, Sul e Norte. Segundo ele, a escolha foi com base nos estudos dos órgãos técnicos do agente financeiro, no caso, o extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), incorporado recentemente à Caixa Econômica Federal (CEF).

O agente financeiro internacional, o Banco Mundial, que vai

entrar com 25% do valor da obra, de acordo com o depoimento de Penido, interferiu muito, mas principalmente em todo o processo de licitação, impondo condições que nenhuma empresa brasileira podia cumprir, como por exemplo, a de um atestado que comprovasse que a empreiteira tinha experiência em tratamento terciário. Isso, conforme esclareceu Penido, é impossível, pois esse tipo de projeto nunca foi feito no País.

Os parlamentares

Além da participação de parlamentares a reunião da Comissão do Distrito Federal no Congresso abriu espaço para o questionamento da plateia presente, na sua grande maioria formada por funcionários e diretores da Companhia de Água e Esgotos de Brasília. Insatisfeitos com as explicações de Willian Penido, o diretor do Sindicato dos Engenheiros do DF, Antônio Claudinei Boni, pediu que a Caesb enviasse ao Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos (Crea), todos os relatórios e documentos assinados por profissionais do setor para análise. Em resposta, Penido se comprometeu em colocar à disposição do Sindicato toda a documentação.

Claudinei Boni questionou Penido sobre a falta de integração

entre dois órgãos do GDF — Caesb e Conselho Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma). Ele disse que a Caesb vai realizar uma obra sem tomar conhecimento de um projeto já aprovado pelo Cauma e que prevê um aumento da população em mais de um milhão de habitantes, com a implantação do Plano Lúcio Costa. Penido afastou a possibilidade de falta de integração, assinalando apenas, que quando o ex-presidente Juscelino Kubitschek construiu Brasília não previa que a população crescesse tanto.

Aparentemente saíram convencidos do debate na Comissão do DF, os deputados Francisco Carneiro e Márcia Kubitschek (ambos do PMDB) — que fez perguntas datilografadas num papel timbrado da Caesb — e os senadores Edison Lobão (PFL/MA) e Mauro Borges (PMDB/GO). As explicações de Willian Penido não satisfez os senadores Pompeu de Sousa (PMDB), Maurício Corrêa (PDT), Mansueto de Lavor (PMDB/PE) e o deputado Augusto Carvalho (PCB), que pretendem, com o apoio do presidente da Comissão, senador Meira Filho (PMDB), pedir a instalação de uma subcomissão designada especificamente para apurar as irregularidades.

Carlos Menandro



Maurício Corrêa classificou a justificativa de Penido como brilhante, mas não convincente